



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ATA - PRES/DG/SJI/COJUD/SEARA

ATA DA 32ª SESSÃO 2020 - ORDINÁRIA

Aos 30 (trinta) dias do mês de abril do ano de 2020, às 17 horas, no Auditório Dr. Leonardo Fregonezi Júnior do Pleno do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, presentes o Desembargador Eurípedes do Carmo Lamounier, Presidente, o Desembargador Marco Villas Boas, Vice-Presidente, os Senhores Juízes Membros Rubem Ribeiro de Carvalho, Ana Paula Brandão Brasil, José Márcio Silveira, Ângela Issa Haonat e Marcelo César Cordeiro. Representando a Procuradoria Regional Eleitoral, Dr. Álvaro Lotufo Manzano. Em seguida, foi aprovada e assinada a Ata da 31ª Sessão Ordinária. Após, iniciou-se o julgamento dos processos.

PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 0601076-24.2018.6.27.0000 – JULGAMENTO DIA 30.4.2020-17H

ORIGEM: PALMAS - TO

RELATOR: JUIZ RUBEM RIBEIRO DE CARVALHO

REQUERENTE: PT - DIRETORIO REGIONAL,

ADVOGADO: ADELMARIO ALVES DOS SANTOS JORGE - TO 6398

REQUERENTE: JOAO ALVES DE JESUS MOREIRA

ADVOGADO: ADELMARIO ALVES DOS SANTOS JORGE - TO 6398

REQUERENTE: JOSE ROBERTO RIBEIRO FORZANI

ADVOGADO: ADELMARIO ALVES DOS SANTOS JORGE - TO 6398

PRE: ÁLVARO LOTUFO MANZANO

DECISÃO: O relator votou pela desaprovação das contas da Direção Estadual do Partido Dos Trabalhadores (PT), referentes à arrecadação e aplicação de recursos na campanha das Eleições Gerais de 2018, nos termos do artigo 77, inciso III, Resolução TSE nº 23.553/2017, em razão das falhas remanescentes comprometerem a regularidade, a consistência e a confiabilidade das contas apresentadas, aplicando nos termos do art. 77, §§ 4º e 6º, da Resolução TSE nº 23.553/2017, a sanção de perda de 4 (quatro) meses do direito ao recebimento da cota do Fundo Partidário. Decidiu pelo recolhimento por parte da agremiação partidária do valor de R\$ 41.000,00, o qual foi oriundo do Fundo Partidário, contudo sem a devida comprovação de gastos na campanha, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU). Ao final, determinou que se informe à Seção de Contas Eleitorais sobre a inobservância do prestador quanto à utilização de contas específicas para movimentar os recursos de campanha e os recursos ordinários referentes à administração financeira habitual do exercício anual do partido, com fins a possível reflexo no exame das contas anuais do Partido dos Trabalhadores referente ao exercício financeiro de 2018. Acompanharam o voto do relator a juíza Ana Paula Brandão Brasil e o juiz José Márcio da Silveira. Em seguida, a juíza Ângela Haonat pediu vista dos autos. Sustentação oral pelo advogado Adelmario Alves dos Santos Jorge. Sustentação oral pelo Procurador Regional Eleitoral. **(SESSÃO DIA 29.4.2020-17H).**

DECISÃO: A juíza Angela Haonat proferiu voto vista acompanhando o relator, com parcial divergência quanto ao item 4, quanto aos gastos de campanha que somente foram informados quando da prestação de contas final. O juiz Marcelo Cordeiro acompanhou o voto do relator, nos

termos da divergência parcial arguida pela juíza Angela Haonat. O juiz José Márcio, que já havia votado, fez duas ressalvas: 1) que o percentual superior a 70% de gastos não declarados na prestação de contas parcial era muito alto e, por isso, qualificaria essa situação como irregularidade e não mera ressalva; e 2) que a não utilização dos recursos do Fundo Partidário destinados ao custeio das candidaturas femininas é irregularidade grave e poderia ser determinada a sua utilização no exercício seguinte. O Desembargador Marco Villas Boas pediu vista dos autos. Após as ponderações do juiz Rubem, o juiz José Márcio concordou com o relator e sugeriu, não obstante, ao Des. Marco Villas Boas que examinasse esse ponto por ocasião do seu pedido de vistas.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600050-20.2020.6.27.0000 – RENOVAÇÃO DE REQUISIÇÃO DE SERVIDOR

ORIGEM: FORMOSO DO ARAGUAIA/TO

RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

INTERESSADO: JUÍZO DA 15ª ZONA ELEITORAL

INTERESSADO: MARLENE FERNANDES DA SILVA SANTOS

PRE: ÁLVARO LOTUFO MANZANO

DECISÃO: O Tribunal decidiu, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o pedido de prorrogação de requisição da servidora Marlene Fernandes da Silva Santos para continuar prestando serviços no Cartório da 15ª Zona Eleitoral, com sede em Formoso do Araguaia-TO, pelo prazo de 1 (um) ano, contado de forma retroativa, a partir de 16 de março de 2020, com ônus para o órgão de origem, sem decréscimo remuneratório.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600060-64.2020.6.27.0000 – RENOVAÇÃO DE REQUISIÇÃO DE SERVIDOR

ORIGEM: CRISTALÂNDIA/TO

RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

INTERESSADO: JUÍZO DA 13ª ZONA ELEITORAL

INTERESSADO: JESLEY DA LUZ MAGALHAES

PRE: ÁLVARO LOTUFO MANZANO

DECISÃO: O Tribunal decidiu, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o pedido de prorrogação da requisição do servidor Jesley da Luz Magalhães para continuar prestando serviços no Cartório da 13ª Zona Eleitoral, com sede em Cristalândia-TO, pelo prazo de 1 (um) ano, contado a partir de 1º de junho de 2020, com ônus para o órgão de origem, sem decréscimo remuneratório.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600025-07.2020.6.27.0000 – REQUISIÇÃO DE SERVIDOR

ORIGEM: PALMAS/TO

RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

INTERESSADO: JUÍZO DA 14ª ZONA ELEITORAL

INTERESSADO: VALDENICE PEREIRA PERES

PRE: ÁLVARO LOTUFO MANZANO

DECISÃO: O Tribunal decidiu, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o pedido de requisição da servidora pública Valdenice Pereira Peres, para prestar serviços no Cartório Eleitoral da 14ª Zona, com sede em Alvorada-TO, com ônus para o órgão de origem, pelo prazo de 1 (um) ano, sem decréscimo remuneratório.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600071-93.2020.6.27.0000 – RENOVAÇÃO DE REQUISIÇÃO SERVIDOR

ORIGEM: PARAÍSO DO TOCANTINS /TO

RELATOR: JUIZ JOSÉ MÁRCIO DA SILVEIRA

INTERESSADO: JUÍZO DA 7ª ZONA ELEITORAL

INTERESSADO: ELAYNE DE SOUZA PANTA

PRE: ÁLVARO LOTUFO MANZANO

DECISÃO: O Tribunal decidiu, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o pedido de prorrogação da servidora Elayne De Souza Panta pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de 1º de maio de 2020, com ônus para o órgão de origem, para continuar prestando serviços junto ao Cartório da 7ª Zona Eleitoral, com sede em Paraíso do Tocantins - TO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600072-78.2020.6.27.0000 – RENOVAÇÃO DE REQUISIÇÃO DE SERVIDOR

ORIGEM: PARAÍSO DO TOCANTINS /TO

RELATOR: JUIZ JOSÉ MÁRCIO DA SILVEIRA

INTERESSADO: JUÍZO DA 7ª ZONA ELEITORAL

INTERESSADO: LEILIANE DA MOTA MARINHO

PRE: ÁLVARO LOTUFO MANZANO

DECISÃO: O Tribunal decidiu, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o pedido de prorrogação da servidora Leiliane da Mota Marinho pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de 1º de maio de 2020, com ônus para o órgão de origem, para continuar prestando serviços junto ao Cartório da 7ª Zona Eleitoral, com sede em Paraíso do Tocantins - TO

Antes do término da sessão, a Corte deliberou pela alteração do calendário de sessões, meses de maio de junho, por meio da Resolução nº 470. A Corte deliberou pela realização de sessões por videoconferência nos meses de junho e julho, bem como pelo uso das vestes talares durante as sessões por videoconferência. Nada mais havendo a tratar, às 17 horas e 38 minutos foi encerrada a Sessão. E, para constar eu, Regina Bezerra dos Reis, Secretária das sessões, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Senhor Presidente, demais membros presentes e Procurador Regional Eleitoral.

Palmas - TO, 12 de maio de 2020.

JOSE MARCIO DA SILVEIRA E SILVA

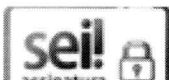
Juiz Membro



Documento assinado eletronicamente em 26/05/2020, às 10:20, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

MARCELO CESAR CORDEIRO

Juiz Membro



Documento assinado eletronicamente em 26/05/2020, às 10:57, conforme art. 1º, § 2º, III,

"b", da Lei 11.419/2006.

Desembargador EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER

https://sei.tre-to.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1480305&infra_siste... 3/4
27/05/2020 SEI/TRE-TO - 1338678 - Ata

Presidente



Documento assinado eletronicamente em 26/05/2020, às 14:08, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Desembargador MARCO ANTHONY STEVESON VILLAS BOAS

Corregedor Regional Eleitoral



Documento assinado eletronicamente em 26/05/2020, às 15:11, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

REGINA BEZERRA DOS REIS

Secretária Judiciário e Gestão da Informação



Documento assinado eletronicamente em 26/05/2020, às 16:45, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

RUBEM RIBEIRO DE CARVALHO

Juiz Membro



Documento assinado eletronicamente em 26/05/2020, às 17:06, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ANGELA ISSA HAONAT

Juiz Membro



Documento assinado eletronicamente em 26/05/2020, às 17:30, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ANA PAULA BRANDÃO BRASIL

Juiz Membro



Documento assinado eletronicamente em 26/05/2020, às 18:15, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ALVARO LOTUFO MANZANO

Procurador Regional Eleitoral



Documento assinado eletronicamente em 27/05/2020, às 10:11, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-to.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1338678** e o código CRC **7242482B**.